

# A atuação do intérprete comunitário junto às comunidades migrantes no Brasil

The work of the community interpreter  
in migrant communities in Brazil

Daniella Avelaneda Origuela<sup>1</sup>

DOI 10.52050/9786586030600.c2

A pesquisa sobre Interpretação Comunitária se insere em diferentes campos do conhecimento, desde os estudos de migrações contemporâneas, direitos humanos, direitos linguísticos, políticas públicas e, evidentemente nos Estudos da Tradução e Interpretação. Estamos, portanto, tratando de uma área multidisciplinar e que, por ser relativamente recente como campo de pesquisa e prática, encontra-se em disputa por diversos setores.

Começo trazendo algumas reflexões sobre as migrações contemporâneas no Brasil. Passamos por diversas ondas de migração<sup>2</sup>. O Brasil se coloca como um país aberto a migrações (dependendo do momento histórico e por diferentes razões) e, especialmente em algumas regiões do país, como lugares erguidos por migrantes. Porém, a suposta receptividade brasileira não é oferecida a todos

---

1 Daniella Avelaneda Origuela é doutora em Estudos da Tradução e mestra em Estudos Linguísticos e Literários em inglês pela Universidade de São Paulo - USP. @daniellaoriguela.

2 Para mais informações sobre migrações contemporâneas e números atualizados, em São Paulo, ver Observatório das Migrações em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/>

os imigrantes, mas a certos corpos – o branco e europeu. Evidência de nosso passado colonial e escravagista é a recepção diferente que damos a diferentes migrantes. Passamos por um período de políticas de governo, que ainda permanecem no comportamento da sociedade brasileira, de branqueamento da população (SWARTCHZ, 2007). Assim, trago a questão das migrações que podem ser consideradas desejáveis ou indesejáveis, e a decisão é perpassada pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Grada Kilomba (2019) diz: “O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada.” E Lélia González (2020) nos traz o conceito de racismo por denegação do brasileiro. Muitos negarão seu próprio racismo evidenciando o racismo à brasileira (TELLES, 2003). Não se fala sobre o assunto, mas certos corpos são “naturalmente” subalternizados, incluindo certos tipos de migrantes. Racismo, colonialismo, gênero, classe parecem ser temas não pertencentes ao campo da interpretação, porém, no campo da comunitária, os usuários<sup>3</sup> são pessoas que por sua condição de raça, gênero, classe e outras dissidências terão maior dificuldade de acessar serviços e direitos. Intérpretes comunitários, pesquisadores e formadores de intérpretes fazem parte dessa sociedade e vão refletir visões de mundo e práticas da mesma sociedade se não tiverem pensamento crítico. Sendo assim, é de suma importância discutir a constituição do Brasil como país, porque evidentemente isso influenciará as visões sobre migração e o tratamento dados aos migrantes.

Algumas variáveis vão influenciar como certos grupos migrantes são recebidos, e por consequência, como e com que qualidade acessam os serviços públicos. Podemos citar algumas dessas variáveis como gênero, classe, sexualidade, religião (especialmente o islã<sup>4</sup>), deficiências, status migratório, etc. Incluo a questão do

---

3 Utilizo a palavra “usuário” para aquelas pessoas que acessam os serviços públicos na tentativa de equalizar as relações de poder entre quem utiliza serviços e prestadores de serviços, sendo um termo mais abrangente e trazendo a ideia de autonomia. A palavra “cliente” mercantiliza as relações e a palavra “paciente” tira o poder decisório.

4 Ver pesquisas da professora Francisrosy Campos Barbosa (FFCLRP/USP) e o grupo de pesquisa Gracias, especialmente quanto ao tratamento violento recebido por mulheres

status migratório pois existem serviços de algumas instituições que atendem apenas refugiados e não prestam serviços sem que a pessoa mostre antes sua situação migratória de refugiado ou de solicitante de refugiado, entendendo que esse status tornaria a pessoa mais vulnerável do que o migrante.

Assim, é sempre necessário lembrar que as supostas diferenças de status migratório não se refletem, necessariamente, em vulnerabilidades. A questão de classe sim. A classe social anterior, bem como as condições em que refugiados e imigrantes chegam ao Brasil, vão influenciar no seu grau de vulnerabilidade e de utilização de serviços essenciais. Sendo assim, ambos os grupos podem fazer uso de sistemas de serviços públicos básicos, especialmente quando não falam português, que é a maior parte dos casos de refugiados e de grande parte da migração econômica. A necessidade de fazer uso de tais serviços e a impossibilidade de falarem português impedem o acesso pleno (JUBILUT, 2015).

Outro pressuposto que sempre deve ser discutido é que o acesso aos serviços e o direito à comunicação em sua própria língua se inserem no campo dos direitos humanos e dos direitos linguísticos. É muito importante que as bases dos serviços e da comunicação oferecidos para migrantes estejam alinhados a tais campos, e assim, consigamos nos distanciar da perspectiva da caridade, campo que ocupada fortemente várias formas de ajuda humanitária. Pym afirma que as necessidades de imigrantes farão que pesquisas e serviços se mobilizem para suprir a demanda de comunicação para imigrantes:

As forças migratórias no mundo globalizado têm aumentado as demandas sociais por interpretação em serviços públicos nos países que recebem pessoas. Por isso, o papel ideológico chave do que é conhecido como “interpretação para a comunidade” (ou “interpretação comunitária” ou “interpretação social”, entre outros nomes). O comprometimento social dos pesquisadores

só pode se desenvolver quando há problemas sociais pressionando para serem resolvidos” (PYM 2006, p.20)

Pym evidencia a falta de homogeneidade na variedade de nomes dados a área, dependendo do contexto de cada país e de como a área se desenvolve. O uso de uma nomenclatura em detrimento de outra, além da incorporação ou não de outros tipos de interpretação, demonstram como a área ainda se encontra em forte disputa. Alguns dos nomes usados são: interpretação de acompanhamento, interpretação nos serviços públicos, interpretação cultural, interpretação *ad hoc* ou não profissional, interpretação de base comunitária, interpretação dialogal, interpretação humanitária ou em áreas de conflito, interpretação nos serviços de saúde, interpretação médica, interpretação no hospital, interpretação jurídica, interpretação trilateral, interpretação de contato, mediação linguística, mediação intercultural, entre outros. A nomenclatura ora escolhe dizer a área na qual está inserida – saúde, jurídica –, ora a modalidade da interpretação – dialogal. Na área acadêmica o termo – interpretação comunitária, juntamente com interpretação nos serviços públicos são os dois termos mais explicativos e utilizados. Trago agora algumas definições a partir de teóricos dos Estudos da Interpretação:

No sentido mais geral, interpretação comunitária refere-se à interpretação nos espaços institucionais de uma dada sociedade nos quais os prestadores de serviços públicos e clientes individuais não falam a mesma língua...a interpretação comunitária facilita a comunicação dentro de uma entidade social (sociedade) que inclui subgrupos diferentes culturalmente. Portanto, a “comunidade” qualificadora refere-se tanto à sociedade (principal) como sua subcomunidade constituinte (comunidade étnica ou indígena, minoria linguística etc.) (Pöchhacker, 1999: 126-7)<sup>5</sup>

---

5 In the most general sense, community interpreting refers to interpreting in the institutional settings of a given society in which public service providers and individual clients do not

Pöchhacker traz o conceito de que a Interpretação Comunitária inclui os subgrupos culturais dentro de um determinado país, sendo assim temos de incluir povos originários e os surdos<sup>6</sup> como comunidades linguísticas que, em muitos casos, necessitarão da mediação em sua própria língua para ter acesso a serviços.

A Interpretação Comunitária coloca o intérprete nas esferas mais privadas da vida humana. Ela não acontece em negociações sobre grandes decisões políticas internacionais ou em conferências sobre novas descobertas científicas; ela acontece em espaços onde as questões mais íntimas e significativas da vida de indivíduos são discutidas: no consultório médico, no escritório do assistente social ou do advogado, na prisão, na delegacia ou no tribunal. (HALE 2007, p. 25-26)<sup>7</sup>

Já Hale, provavelmente uma das mais destacadas teóricas da área, nos lembra da diferença entre Interpretação Comunitária e de Conferências e lista alguns dos espaços íntimos no quais a interpretação se dá. Rudvin e Tomassini vão indicar a variedade de contextos nos quais a Interpretação Comunitária aparece.

Por interpretação 'comunitária' ou 'no serviço público' queremos dizer interpretação de e para dois idiomas diferentes entre duas ou mais pessoas que estão fisicamente presentes em um espaço institucional ou de negócios. Essa forma de

---

speak the same language...community interpreting facilitates communication within a social entity (society) that includes culturally different sub-groups. Hence, the qualifier 'community' refers to both the (mainstream) society as such as its constituent sub-community (ethnic or indigenous community, linguistic minority etc.)

- 6 O ativismo da comunidade surda, juntamente com intérpretes e pesquisadores de libras se constitui como exemplo notável da criação de políticas públicas pela demanda de um grupo linguísticos. Importantes pesquisas foram realizadas por Silvana Aguiar dos Santos e muitos outros que colocam a interpretação de libras na área da interpretação comunitária.
- 7 Community Interpreting takes the interpreter into the most private spheres of human life. It does not take place at negotiations about major international political decisions or conferences on recent scientific discoveries; it takes place in settings where the most intimate and significant issues of everyday individuals are discussed: a doctor's surgery, a social workers's or a lawyer's office, a gaol, a police station or courtroom.

interpretação cara a cara pode ser usada em muitos espaços (delegados de empresas, turistas, estudantes estrangeiros, funcionários de curto prazo, pessoas que buscam visto de residência, refugiados, contatos culturais e assim por diante). Na interpretação comunitária, e na interpretação no serviço público, as partes envolvidas quase sempre são uma pessoa que fala a língua nacional e representa uma instituição de autoridade ou associação (hospital, delegacia, tribunal, escola, central de trabalho), e uma pessoa que vem de um país diferente e não fala a língua nacional. Nas situações acima, o interlocutor normalmente seria uma pessoa referida como imigrante.” (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 12)<sup>8</sup>

No Brasil, podemos destacar alguns dos serviços públicos<sup>9</sup> mais utilizados pelos migrantes. No contexto jurídico, temos: fronteiras terrestres, aeroportos, delegacias, tribunais, conversas entre advogado-migrante, ministério público, polícia federal, Conare etc. Estamos falando de espaços pelos quais pessoas migrantes podem ter que passar para entrar no país por via terrestre ou aérea, nos quais terá contato com agentes brasileiros, que em geral, não falam outras línguas, e que raramente contam com intérpretes. A polícia federal será usada por imigrantes e refugiados para fazerem pedidos de

---

8 By ‘community’ or ‘public service’ interpreting we mean interpreting from and into two different languages between two or more people who are physically present in an institutional or workplace setting. This form of face-to-face interpreting may be used in many settings (for business delegates, tourists, foreign students, short-term employees, people seeking residence permits, asylum seekers, cultural contacts, and so on). In community interpreting, and closely related public service interpreting, the parties involved are almost always a person who speaks the national language and represents an authoritative institution or association (hospital, police, court, school, job centre), and a person who comes from a different country and does not speak the national language. In the above situations, this interlocutor would generally be a person from the category usually referred to as ‘migrants’.

9 Em geral, associamos a interpretação comunitária aos serviços públicos, porém há países cujos serviços de saúde não são públicos e ainda assim, consideramos que os serviços de mediação linguística estão no âmbito comunitário pois servem comunidades minorizadas (mesmo que com a utilização de outra nomenclatura). Outro exemplo seria a bancarização, serviço essencial para recém-chegados ao Brasil, especialmente para quando desejam estar empregados. Não importa se um banco é privado ou público, o serviço de interpretação é direcionado a uma determinada comunidade que precisa acessar um serviço importante para sua permanência no país.

residência e outras documentações necessárias. O Conare (Comitê Nacional para Refugiados) ligado ao Ministério da Justiça e Segurança é o local onde refugiados fazem a entrevista de pedido de refúgio. No contexto médico, destaco o sistema único de saúde (SUS) e toda sua rede de hospitais, ambulatorios, UBS e outras clínicas especializadas. Outros serviços muito utilizados são os abrigos públicos, assistência social, Poupa Tempo – como central para documentação e outras pendências, escolas. As organizações sociais acabam tendo um papel muito importante nos serviços para imigrantes no que tange a informações. São elas que direcionam os migrantes aos serviços essenciais.

Algumas das características específicas que definem o trabalho do intérprete comunitário e o diferenciam do intérprete de conferências são as seguintes: na área comunitária interpretamos mais diálogos do que discursos, com a exceção da interpretação de tribunal que tem uma dinâmica fechada, teatral e formulaica. O intérprete trabalha sozinho e tem de traduzir para ambas as línguas envolvidas na situação de interpretação. A presença do intérprete é evidente, não pode se tornar “invisível”, está em espaços pequenos e próximos fisicamente dos usuários e prestadores de serviço, sendo assim, gestos, linguagem facial, olhar e volume vão impactar diretamente na comunicação. Outro aspecto importante são as línguas de trabalho que serão utilizadas: em geral, idiomas minorizados, e quando idiomas hegemônicos são usados, o são como segunda língua ou língua franca, e dessa forma vão se apresentar com diferentes sotaques e vocabulário pois não se trata do uso padrão da língua. Isso será outra dificuldade para o intérprete. E apesar da maioria dos códigos de ética trazerem a questão da neutralidade, no caso da comunitária, o intérprete pode ter de agir como um defensor de direitos quando percebe que a parte vulnerável está tendo seus direitos e informações violados. Isso pode ser possível em alguns contextos. Dificilmente essa defesa de direitos seria possível num ambiente com uma figura autoritária e em um

ambiente protocolar como nos espaços jurídicos-militares onde as desigualdades de poder ficam ainda mais evidentes.

Na interpretação comunitária, especialmente tratando-se do modo de diálogo, não só o conteúdo importa, mas também a forma, ou como aquilo é dito. Por exemplo: em uma consulta de saúde mental, o diagnóstico dependerá muito do estilo da fala do paciente, já que isso demonstrará as intenções do falante. Aspectos extralinguísticos como tom, entonação e registro são componentes do discurso e devem ser reproduzidos na interpretação. Manter o fluxo da conversa, a rapidez e os diferentes registros de discurso fazem parte do papel do intérprete comunitário.

O intérprete, que como dito anteriormente, trabalha sozinho, tem de tomar decisões a todo tempo. A começar pela modalidade de interpretação que vai utilizar, ele precisa dominar todas elas: tradução à prima vista, simultânea, consecutiva. Deve então analisar a situação interpretativa para decidir qual modalidade se adequa melhor a cada situação e pode precisar mesclar e alternar entre as modalidades. Também precisa ter a autonomia para organizar o local do atendimento para que o posicionamento físico dos participantes promova melhor interação e comunicação. Novamente, isso pode não ser possível em ambientes mais formais como o jurídico ou no sistema carcerário.

É possível e desejável que o intérprete faça interrupções para ajustar o ritmo das falas, solucionar dúvidas e mal-entendidos e até mesmo fazer um processo de checagem em alguns casos para se certificar que todos os envolvidos de fato compreenderam a mensagem. Sem dúvidas isso deve ser feito com parcimônia, de modo a não comprometer o fluxo da comunicação.

Apesar de a área e a profissão estarem estabelecidas em alguns países, o Brasil ainda engatinha rumo a algum tipo de sistematização e ainda está longe da profissionalização. Felizmente alguns grupos de servidores públicos começam a perceber como a falta de comunicação



na mesma língua impacta o acesso a serviços. Porém, a maior parte dos serviços públicos não conta com a presença de intérpretes. A interpretação, quando é realizada, é feita por funcionários das instituições que falam outras línguas, nem sempre em um nível adequado e suficiente para de fato se comunicarem.

Os próprios migrantes, percebendo a necessidade da mediação linguística para terem acesso aos serviços que buscam e já sabendo da inexistência de um serviço que possa lhes servir linguisticamente, levam seus próprios intérpretes. Conhecidos como intérpretes *ad hoc* ou não profissionais, eles são amigos ou conhecidos da pessoa que precisa da interpretação, normalmente pessoas da mesma família ou círculo religioso ou comunidade linguístico-nacional. Quando são membros da família atuando como intérpretes, é bastante comum serem o marido ou companheiro que em geral chegam antes no país e assim falam a língua local, ou crianças e adolescentes que frequentam o ensino formal e assim aprendem a língua mais rapidamente. Tanto familiares quanto pessoas da mesma nacionalidade podem apresentar problemas e questões éticas quando atuam como intérpretes. Podem divulgar informações sensíveis para a comunidade, os usuários podem se sentir constrangidos ao serem honestos (sintomas médicos, por exemplo) com a presença de um conhecido, além de, claro, não dominarem as técnicas da interpretação, muito menos seguirem um padrão ético de comportamento exigido dos intérpretes, além de talvez não possuírem conhecimento adequado e suficiente nas duas línguas em questão. Quanto às crianças, há impactos positivos e negativos sobre elas, mas podemos destacar a falta de maturidade para lidar com certos tópicos, além do impacto emocional ao serem tidas como meio de comunicação, o que lhes dá muita responsabilidade (VALDÉS, 2002).

Outra forma pela qual o serviço de interpretação é oferecido no país é por meio de redes de organizações sociais e seus funcionários. Sendo elas as principais fontes de informações para migrantes, elas

perceberam antes a necessidade de mediação linguística no acesso a serviços. Elas organizam os serviços com alguns, poucos, funcionários multilíngues, que muitas vezes sofrem com as mesmas questões trazidas anteriormente como falta de proficiência e de conhecimento de técnicas de interpretação. São principalmente nas organizações sociais e religiosas que “intérpretes” (que quase sempre são chamados de tradutores e que também fazem serviços de tradução) atuam de forma voluntária ou acumulam funções. As chamadas mencionam como requisitos uma adesão à causa humanitária e conhecimento em idiomas. Obviamente, para atuar como intérprete, especialmente na área comunitária, mais requisitos seriam necessários para um desempenho profissional e com ética. Há também chamamentos emergenciais para participação em mutirões, além de programas universitários que fornecem serviços de tradução e interpretação a alguns órgãos públicos e em parcerias com organizações sociais.

## **Formação de Intérprete Comunitário**

A formação em interpretação comunitária provavelmente é o tópico mais difícil de lidar dentro da área da interpretação. Há muitos problemas referentes à área, como a falta de reconhecimento da necessidade de treinamento, a falta de obrigatoriedade de formação, programas curtos ou inadequados às necessidades do local, baixa qualidade do serviço e necessidade de efetividade de muitos dos programas (HALE 2007).

A área da interpretação, assim como da tradução, é permeada pela ideia errônea de que qualquer pessoa bilíngue possa desempenhar os papéis de intérprete (e de tradutor). No entanto, há, por exemplo, os intérpretes “naturais”, crianças e demais bilíngues sem atuação não profissional que atuam na área justamente por serem bilíngues. Os que atuam nessa área sem treinamento podem sentir que não têm

nada a aprender em um curso de interpretação, uma vez que já estão atuando na área e que, portanto, não vale a pena um investimento de dinheiro em uma área na qual não há nenhum ou pouco retorno financeiro. A questão monetária que leva à remuneração por serviço prestado é bastante impactante. Em alguns países, os setores públicos e as ONGs simplesmente não têm condições financeiras de ter serviços linguísticos de mediação realizados por pessoas treinadas e pagas (ou não reconhecem a importância de tal serviço), assim, acabam utilizando voluntários que nem sempre estão capacitados para desempenhar tal função. Dessa forma, entramos em um círculo de retroalimentação entre não-pagamento e não-treinamento, conforme explica Pöchhacker (2004a *apud* HALE 2007, p. 166):

Ficamos assim presos nesse círculo de baixa remuneração que impede as pessoas de se aperfeiçoarem, ou quando assim desejarem, elas não encontram nenhum tipo de treinamento, o que irá gerar baixa qualidade de atendimento.

Toda a dificuldade e desafio de comunicação recai sob o intérprete. Tal responsabilidade deve ser compartilhada com a instituição que ao mesmo tempo respeita os desafios inerentes da transferência cultural/linguística. Isso só será possível se, durante o ensino/treinamento de intérpretes comunitários, aspectos supralinguísticos relacionados tanto ao país hospedeiro quanto às culturas dos migrantes, além da história da migração do próprio país forem abordados. Outro aspecto é a consciência de que há o papel da assimetria entre país hospedeiro e migrante, não apenas nas instituições, mas também nas estratégias discursivas utilizadas entre hospedeiro e migrante. É importante e urgente que as instituições públicas entendam os migrantes, e que estes sejam entendidos por elas, para que suas necessidades sejam atendidas de maneira eficiente e realista, dentro das limitações econômicas e organizacionais das instituições (RUDVIN e TOMASSINI 2011, p. 16).

Ventura e Yujra salientam a necessidade de educação continuada na rede (de saúde, mas poderia ser aplicada a outros setores públicos), informação adequada e novos atores (que poderiam ser os intérpretes comunitários com profundos conhecimentos culturais) para a promoção da saúde de migrantes:

[...] a inadequação dos sistemas de acesso e informação em saúde; a barreira linguística no acolhimento e atendimento; as diferenças culturais nos conceitos de saúde e de doença e seus reflexos na intervenção clínica, com especial atenção à luta de mulheres migrantes e refugiadas pelo parto normal; uma breve resenha sobre saúde mental das comunidades refugiadas; e, finalmente, a necessidade de novas ferramentas de educação permanente para os trabalhadores, bem como de novos atores e equipamentos para a atuação intersetorial na atenção dessas comunidades e na promoção de saúde em ambientes de condições de trabalho não dignos. (VENTURA e YUJARA 2019, p. 12)

Para fornecermos a melhor formação possível aos futuros intérpretes comunitários, temos de analisar realidades locais, inclusive para a inserção de migrantes como alunos. Cursos excessivamente longos e que demandam muito tempo extraclasse, além de serem ofertados em horários e dias inadequados para trabalhadores, impossibilitam a formação para muitos. São questões que deveriam ser avaliadas se, de fato, quisermos incluir uma diversidade de pessoas e idiomas nas formações.

## **Curso de Inverno – FFLCH – USP**

Pensando na necessidade de divulgar a interpretação comunitária e formar profissionais, Daniella Origuela e Patrícia Gimenez, ambas intérpretes e professoras de interpretação, que pesquisaram a área da interpretação comunitária em suas teses de doutorado, promovemos

em julho de 2019 o curso pioneiro no Brasil “Introdução à Interpretação Comunitária”, dentro do programa de Cursos de Inverno da FFLCH – USP. O curso de curta duração, obedecendo aos critérios dos cursos de inverno da USP, ofereceu uma introdução à disciplina, em três aulas, para pessoas com conhecimento de português e de outra língua estrangeira. O programa consistiu nos seguintes tópicos:

#### CURSO: INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA

##### AULA 1: O QUE É INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA

- Princípios básicos: interpretação comunitária no mundo; interpretação comunitária no Brasil; avanços da interpretação comunitária;
- Imigração e refúgio no Brasil: a onda migratória e refúgio no Brasil; dados de refúgio; interpretação comunitária e refúgio; serviços públicos.

##### AULA 2: MODOS DE INTERPRETAÇÃO

- Consecutiva: interpretação consecutiva na interpretação comunitária; modelos de interpretação consecutiva;
- Simultânea: usos da interpretação simultânea na interpretação comunitária; modelos de interpretação simultânea;
- Sight Translation e interpretação comunitária; modelos de sight translation;

##### AULA 3: CONTEXTO MÉDICO

- Hospitais: interpretação comunitária nos hospitais: dados básicos;
- Consultas: interpretação em consultas médicas: modos e métodos;
- Modalidades médicas: modalidades de interpretação na área médica;
- Ética; Exercício de estudo de caso

Planejamos o curso como uma introdução à área já que muitas pessoas no Brasil, mesmo as que trabalham com interpretação, ou as que trabalham com imigrantes, desconhecem totalmente a área. Afinal, conforme os estágios de estabelecimento da interpretação comunitária em um país, propostos por Urpi (2012), o país ainda se encontraria no entre o nível 1 (ausência total do serviço: primeiro estágio quando a assistência linguística não existe ou é negada) e 2 (serviços *ad hoc*: solução provisória, normalmente oferecida pela instituição, ONGs e igrejas com voluntários bilíngues e não pelo governo). Assim, entendemos que precisávamos mostrar o que é a interpretação comunitária, juntamente com dados sobre migração, refúgio e idiomas falados por eles no Brasil, as modalidades da interpretação, o contexto médico e ética. O curso pretendeu criar o interesse de pessoas habilitadas em estudar mais a área, assim como oferecer um primeiro contato sobre contextos, habilidades e competências. Esse é o primeiro passo para a criação de outros e mais cursos intensivos, com cobertura do contexto de serviços sociais e jurídicos. Escolhemos usar a língua neutra para não restringir os pares linguísticos, especialmente porque não haveria tempo para prática das habilidades da interpretação, tampouco profissionais que poderiam fazer a avaliação de pares de idiomas diversos. A parte prática se concentrou na discussão dos vídeos usados para sensibilização no início do curso, e as situações éticas no fim do curso. Após o término do curso, uma enquete foi aplicada e obtivemos os seguintes dados do perfil dos alunos e das expectativas sobre o curso e interesse na área: Um total de 15 pessoas responderam às perguntas, apesar de termos tido 24 alunos presentes no curso. Tivemos apenas um homem presente, com todas as respondentes mulheres, de idades entre 18-70 anos, com uma maioria de pessoas formadas em Letras e 76% com pós-graduação. 100% eram falantes de português como primeira língua, uma maioria de falantes de inglês como segunda e espanhol como terceira língua, sendo que 86% tinham a língua estrangeira em nível avançado/fluyente. 73% tinham alguma experiência com

interpretação, mas não necessariamente com imigrantes, apenas 50% tinham alguma experiência no trabalho com imigrantes. Esses dados podem ser usados para entender melhor o público interessado na interpretação comunitária e criar programas e cursos que contemplem mais pessoas e suas necessidades e as necessidades dos locais onde atuam. É necessário salientar que o curso foi oferecido dentro das dependências da USP (local de difícil acesso para muitos) e no período da tarde (impossibilitando os que trabalham em horário comercial). Recebemos muitos pedidos de pessoas que desejavam fazer o curso, caso fosse noturno e/ou nos finais de semana. Mesmo sendo um curso introdutório e com várias restrições, entendemos que a sua realização e divulgação foi um marco importante no desenvolvimento da área e de outros cursos.

## **Novo projeto de lei e perspectivas para a área**

Para de fato termos um serviço de interpretação comunitária no Brasil é necessário trabalharmos com um conjunto de ações que envolvem pesquisa acadêmica em todos os níveis (graduação, especialização, mestrado e doutorado), políticas públicas (construídas com as comunidades), *advocacy* junto aos gestores das instituições públicas e sem fins lucrativos e treinamento adequado (ORIGUELA, 2014). A remuneração - e não o trabalho voluntário, que acaba atraindo uma grande quantidade de não profissionais e afastando os profissionais da interpretação - é ponto essencial se quisermos construir um campo de trabalho e atuação profissional. Uma iniciativa promissora foi liderada pelo grupo de pesquisa Mobilang (UnB) que em conjunto com o senador Paulo Paim (PT-RS) elaborou a PL 5.182/2020 que indica a obrigatoriedade de “todos os órgãos públicos que prestam atendimento direto ao cidadão deverão contar com a presença obrigatória de tradutor e de intérprete comunitário para auxiliar as

peças que não falam português brasileiro”<sup>10</sup>. O texto fala sobre a abrangência dos serviços, que devem incluir: serviços sanitários e médicos, jurídicos, penitenciários, educacionais, de assistência social e de fronteiras. Além disso, a PL prevê regulamentação da profissão, definição dos princípios da atividade e o estabelecimento de diretrizes para formação, capacitação, avaliação e certificação para que intérpretes sejam habilitados, além de dispositivos orçamentários. Um ponto delicado no texto é o posicionamento de tradutor e intérprete lado a lado, como se tivessem a mesma função, podendo trazer problemas de acúmulo de funções e causando dúvidas quanto a que tipo de profissional seria esse e quais habilidades ele deveria ter. O mesmo se dá com relação a quem ou qual órgão seriam competentes para capacitar e certificar intérpretes. Como muitos projetos de lei, o texto deve passar por revisões antes de ser votado, e se constitui como um importante passo em direção a profissionalização e organização do campo no Brasil.

Outro giro importante e necessário é modificar a visão e ênfase dadas ao trabalho de interpretação comunitária sendo exercido de forma voluntária. O voluntariado num país como o Brasil é um privilégio de classe. Apesar de o trabalho voluntário constituir-se como base de trabalho realizado por instituições não-governamentais, entendemos que todas as ações para migrantes e tantos outros grupos minorizados deveriam se basear no acesso a direitos e não na caridade e voluntariado. Assim como os profissionais da saúde e do direito são contratados e remunerados para desempenharem suas funções, o profissional da interpretação deveria também fazer parte dos profissionais valorizados e remunerados adequadamente por seu trabalho vital de comunicação. Isso garantiria qualidade, treinamento e dedicação, e assim, poderia incluir não só os que podem prestar serviços voluntários por terem sua renda assegurada e por terem

---

10 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/12/16/orgaos-publicos-deverao-ter-tradutor-e-intérprete-determina-projeto>



tempo, mas outros profissionais, inclusive aqueles intérpretes não profissionais que já atuam na área e poderiam ter seus conhecimentos e experiências lapidadas e transformarem essa atividade em trabalho remunerado e profissional.

Por fim, lembramos o país que vivemos onde os direitos humanos não chegam a todos os corpos. Um país cujos serviços públicos, os quais defendemos como direitos básicos de todos e todas, tratam as pessoas de formas diferentes. Negam acesso à saúde a alguns corpos além de promoverem o colonialismo jurídico (PIRES, 2019). Corpos trans, pretos, indígenas, favelados e dissidentes, mesmo que nacionais, sofrem todos os tipos de preconceitos e opressões, o mesmo ou mais se passa com certos grupos de pessoas migrantes que não têm acesso a serviços ou lhes é negado acesso pleno por não falarem português. Assim, a formação de intérpretes comunitários não passa apenas pela qualificação no sentido de técnicas de interpretação, mas passa grandemente por uma formação cidadã e percepção de nossos próprios preconceitos e maneira de falar e tratar os outros. Pensar num tipo de formação que conteste os sistemas opressores é vital para formarmos não apenas intérpretes que saibam traduzir a língua, mas que tenham a percepção dos sistemas e hierarquias de poder nos quais estão inseridos para que numa atividade tão delicada quanto a interpretação comunitária, os intérpretes não reforcem os sistemas de opressão, mas os transformem. Sendo que nenhuma educação é politicamente neutra, promover uma formação para a consciência crítica afetará diretamente o posicionamento do intérprete. Desejamos um mundo sem fronteiras em que todas as pessoas possam migrar, um país que ofereça serviços públicos de qualidade a todas as pessoas, que forneça mediação linguística profissional para que pessoas migrantes que não falem português possam ter seus direitos assegurados. E esperamos que pesquisadores, professores e intérpretes ajam de maneira conjunta e ativista para promover o campo, a pesquisa e a formação, ouvindo as comunidades

de usuários e promovendo mudança na vida das pessoas por meio da interpretação comunitária.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural. Feminismos Plurais*. Coordenação: Djamilia Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

GONZÁLES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALE, Sandra. *Community interpreting*. London: Palgrave Macmillan, 2007.

JUBILUT, Liliana Lyra. *Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2019.

ORIGUELA, Daniella Avelaneda. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. *TradTerm*, São Paulo, v. 23, set. 2014, p. 225-240.

PIRES, Thula. Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica americana ao colonialismo jurídico. In: *Lasa Forum* 50:3. DOSSIER: EL PENSAMIENTO DE LÉLIA GONZALEZ, UN LEGADO Y UN HORIZONTE, 2019, p. 69-74.

POCHHACKER, Franz. *The Evolution of Community Interpreting*. In: *Interpreting* 4 (1), 1999, p. 125-40.

POCHHACKER, Franz. *Introducing Interpreting Studies*. London/New York: Routledge, 2004.

PYM, A. *Socialcultural aspects of translating and interpreting*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

SCHWARCZ, Lilia. Lilia Schwarcz: Quase pretos, quase brancos. *Revista Pesquisa Fapesp*, 2007. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2007/04/01/quase-pretos-quase-brancos/>>.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003, p. 347

TOMASSINI, Elena; RUDVIN, Mette. *Interpreting in the community and workplace: a practical teaching guide*. London: Palgrave Macmillan, 2011.

VALDÉS, Guadalupe. *Expanding definitions of giftedness. The case of young interpreters from immigrant communities*. London: Routledge, 2010.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; YUJRA, Veronica Quispe. *Saúde de migrantes e refugiados*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.